

História de um livro: A democracia na França



Por **CARLOS GUILHERME MOTA***

Comentário sobre o livro recém-lançado de Marisa Midori Deaecto

“Um espectro ronda a Europa, o espectro do Comunismo. Todas as potências da velha Europa aliaram-se numa sagrada perseguição a esse espectro, o Papa, o Czar, Metternich, Guizot, radicais franceses e policiais alemães”. (Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto Comunista*, 1848).

É muito raro, na historiografia brasileira, defrontarmo-nos com autores que se disponham a se aventurar em águas internacionais profundas, talvez porque em certas culturas os critérios de excelência sejam altíssimos. E, descontadas as exceções, levados a sério.

Anteriormente, a historiadora Marisa Midori Deaecto já nos brindara com livros que se tornaram clássicos, em especial *O império dos livros. Instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista* (São Paulo: EDUSP, 2019), tendo com ele recebido o Prêmio Jabuti (2012) e o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Biblioteca Nacional (2011). Marisa comparece agora com estudo altamente desafiador, erudito, importante. Trata-se de *História de um livro: A democracia na França*, de François Guizot (1848-1849), obra/ensaio de autoria desse célebre político francês liberal, historiador e publicista que atuou na vida política francesa e europeia na primeira metade do século XIX. Militante orleanista, historiador, tornou-se referência no campo do direito constitucional, consoante os princípios vitoriosos na Revolução de Julho (1830).

François Pierre Guillaume Guizot nasceu em Nîmes, em 1787. Os avós eram pastores. Em 1794, o pai, jurista, foi guilhotinado após se lançar no movimento federalista, em meio às lutas entre *montagnards* e *girondins*. A família então se transferiu para Genebra, onde Guizot completou os estudos. Em 1805, ingressou na Faculdade de Direito da Sorbonne, chave de acesso para os salões parisienses, em particular, o círculo de Suard, diretor do jornal *Le publiciste*. Em 1814, tornou-se o titular da cadeira de História Moderna. Iniciou a carreira política sob o regime da Restauração, no gabinete de Talleyrand, porém, após o assassinato do Duc de Berry, que marcou a ascensão dos *ultra* ao poder, tornou-se um opositor virulento ao rei Bourbon.

Datam dessa época os escritos mais contundentes sobre o governo representativo, donde o interesse pelo modelo inglês, que se torna inspiração para a defesa do *juste milieu* francês. Nessa época, publicou *História da Revolução na Inglaterra* (2 vols., 1826-1827) e *Curso de história moderna* (6 vols., 1829-1832), que compreendia os volumes sobre História da Civilização Europeia e Francesa, com várias reedições revistas e ampliadas pelo autor.

Em sua carreira política, Guizot foi Ministro de Instrução Pública, tendo criado, em 1834, na Faculdade de Direito de Paris, a Cátedra de Direito Constitucional. Para sucedê-lo indicou o constitucionalista italiano Pellegrino Rossi, que publicou o curso de Direito Constitucional em vários volumes (Paris, 1866).

Guizot foi ainda, por breve período, Primeiro Ministro da França, de 19 de setembro de 1847 a 23 de fevereiro de 1848. Ele faleceu em Val-Richer, na Normandia, muito distante das agitações parisienses, em 1874.

Se, em *O império dos livros*, a abordagem é abrangente e diacrônica, agora, do ponto de vista metodológico, a historiografia se enriquece com a abordagem concentrada no tempo e em um único objeto: a edição de *De la démocratie en France*, gestada no final de 1848 e publicada em janeiro de 1849.

Com efeito, a autora desvenda, enquanto historiadora e crítica da cultura, novas perspectivas para o labor histórico e historiográfico. E o faz em dois planos, em larga medida conjugados. No campo monográfico estritamente acadêmico-científico, ao focalizar como objeto, e com máximo rigor, um único livro em suas múltiplas dimensões: técnica, bibliográfica, historiográfico-ideológica, histórico-social, mercadológica, contextual, política. E, no plano metodológico, por aplicar abordagem inspirada, rigorosa e inovadora na percepção dos impactos dessa obra na crítica e na vida propriamente político-cultural europeia e americana, considerando seus contextos históricos nacionais e internacionais.

O leitor dessa tese universitária, apresentada para obtenção do título de livre docente na USP, ao terminar o percurso analítico da autora, desde as razões da escolha do livro a ser examinado, passando pelo exame técnico minucioso de sua fatura, e o estudo detalhado que envolveu a vida, as ideias e a produção do autor-personagem, o ideólogo Guizot, seus editores, distribuidores, comerciantes, os críticos e finalmente os leitores, terá a dimensão correta, completa e complexa do que significa o objeto-livro, em especial um livro desse pequeno porte, escrito ao sabor das marés, correntes e contracorrentes do pensamento da época. Ou seja, um objeto sem dúvida diferenciado, entendido pela autora como síntese de múltiplas determinações.

A análise dos palcos dos acontecimentos e as repercussões do livro de Guizot é primorosa, acompanhando-o tanto na Europa como nos Estados Unidos e reverberações no Brasil.

A autora percorreu e pesquisou nos países abrangidos pela obra de Guizot, e em que contra atuaram pensadores e militantes do nível de Proudhon, por certo a mais destacada figura do socialismo francês. E lança a historiadora uma discreta e nada sutil nota de fim de capítulo, em que nos faz recordar que, “meses antes da Revolução de Fevereiro, o Ministro Guizot mandara perseguir e expulsar de Paris vários socialistas estrangeiros, dentre eles Karl Marx e sua família”.

Um dos pontos altos de sua análise é o manejo sofisticado dos autores, sobretudo de especialistas na História do livro (Frédéric Barbier, Robert Darnton) e meu saudoso mestre Jacques Godechot, entre tantos outros. Mas também no plano conceitual, o rigor de Marisa é exemplar: tome-se como exemplo o conceito-chave de sociedade civil, pedra-de-toque do pensamento liberal, ou da aproximação de Guizot com Alexis de Tocqueville: “A denunciar a ‘idolatria democrática’, Guizot faz coro com o credo liberal, em cuja cartilha a representação democrática, sob a forma do sufrágio universal e a expansão dos meios de formação da opinião pública, constitui o principal elemento de desestabilização da política, da sociedade e da economia de uma nação. Noutros termos, da ordem burguesa.”

E completa a historiadora: “O povo – escreve Guizot, em evidente inspiração tocqueviliana – tem sozinho o direito ao império; e nenhum rival, antigo ou recente, nobre ou burguês, pode ser admitido a compartilhar com ele o poder”. (Em nota, registra: “É interessante observar que Guizot desfere apenas a Proudhon uma crítica aberta e nominal... No que toca a crítica à propriedade, talvez o estudo mais importante tenha sido o de Proudhon, é notável a hostilidade de nosso autor, Guizot”...).

Além do estudo dos autores-personagens, registre-se o cuidado da autora com os conceitos-chave, como o de *sociedade civil*. Ao discutir a inspiração tocqueviliana na elaboração de *La démocratie en France*, mostra a historiadora que “é na política francesa, em que o autor passou de protagonista a espectador, que ele faz seu mergulho mais radical”:

“Não se trata pois, de um arrazoado histórico sobre os destinos do governo e a democracia no curso do século. Ao reafirmar sua posição como doutrinário, Guizot toma posse de “conceitos e categorias analíticas que estão na ordem do dia, tais como classe, sociedade, Estado, representação, poder”, com vistas na construção de uma plataforma política para seu partido. *La démocratie en France*, como dirá mais tarde um jornalista, representa seu retorno e o de seus correligionários à cena política”.

Por fim, o estudo de Marisa Midori Deaecto permite-nos compreender não apenas os dilemas, mas a ambiguidade essencial do liberalismo: “Vimos que François Guizot reconhece a vitória do Terceiro Estado e da burguesia como uma herança irrevogável da Revolução. Mas ele teme o povo. O inimigo comum, contra o qual ele exorta as classes proprietárias e os setores liberais, é o socialismo. Na França, a república, o sufrágio, a supremacia do operariado, o sentimento antirreligioso, o afrouxamento dos valores familiares num só termo, é o socialismo. Nele está a raiz de todo o mal. Nele está o assalto à propriedade, conquista sagrada do homem.”

E, ao fornecer a chave para se compreender o livro e seu autor, a autora alertava, já na abertura inicial de sua análise:

“Para levar adiante sua luta, Guizot não poupará energias. A construção do livro na arena editorial e política francesa mas, também, internacional, é a prova mais eloquente de todo o seu esforço para atingir nos flancos seus leitores” (p. 73).

Em suma, ao restabelecer o elo entre os homens e os livros, a partir da trajetória política de François Guizot, em um momento particularmente crítico, em meio às Revoluções que balançaram a Europa em 1848, a autora lança luz sobre o retrato de uma grande figura do Oitocentos. Em poucas palavras: um liberal conservador, constitucionalista e presbiteriano.

***Carlos Guilherme Mota**, historiador, é Professor Emérito da FFLCH-USP e professor titular de História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Autor, entre outros livros de *Ideia de Revolução no Brasil (1789-1801)* (Cortez Editora).

Referência

Marisa Midori Deaecto. *História de um livro: A democracia na França de François Guizot*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2021, 368 págs.